



Primeiros depoimentos expõem "caixa-preta" no Ecad

A afirmação foi feita ontem por Lindbergh Farias, relator da CPI que investiga a entidade arrecadadora de direitos autorais. **6**



O relator, Lindbergh Farias (E), e o presidente da CPI do Ecad, Randolphe Rodrigues, ontem, na primeira reunião que ouviu testemunhas

Ana Volpe/Senado Federal



Oposiçãoistas Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Demóstenes Torres conversam com Romero Jucá, líder do governo

Moreira Mariz/Senado Federal

Senado inicia votações para mudar trâmite de MPs

José Sarney diz em entrevista coletiva sobre agenda do semestre que espera aprovação nesta semana pela CCJ

Presidente do Senado afirmou que colocará PEC das MPs em votação ainda esta semana caso a Comissão de Constituição e Justiça aprove hoje e encaminhe o texto ao Plenário. Caso o novo rito para as medidas

provisórias no Congresso não seja votado logo, Sarney afirmou que não colocará em votação nenhuma MP recebida com prazo de validade inferior a dez dias. A nova proposta prevê 60 dias de análise na Câmara e 40 dias no Senado. **3**

Retirada de assinatura freia CPI do Dnit

Oposição apresentou ontem à tarde as 27 assinaturas exigidas para criar investigação sobre denúncias de irre-

gularidades em obras do Dnit. Horas depois, porém, o senador João Durval retirou seu apoio. **6**

Nascimento se defende e diz que não recebeu apoio de Dilma

Ex-ministro dos Transportes discursa por quase uma hora, nega irregularidades e afirma que herdou problemas quando reassumiu cargo. **7**



Alfredo Nascimento na tribuna: sugestão para PR deixar a base de apoio ao governo

Waldemir Barreto/Senado Federal

Emendas diminuem áreas de preservação e de reserva legal

Flexa Ribeiro propôs duas emendas ao projeto de reforma do Código Florestal reduzindo

faixas ao longo de rios e lagos. Uma emenda de Acir Gurgacz diminuiu a área de reserva legal. **8**

Economista teme que crise mundial afete o Brasil

O economista José Carlos de Assis afirmou, em debate em subcomissão da CAS, que o perigo de sucateamento do parque industrial brasileiro é real. **5**

Jane Araújo/Senado Federal



Governo lança pacote de estímulos à indústria

José Sarney, ao lado de Dilma, e senadores da base participam da cerimônia de lançamento do plano Brasil Maior no Palácio do Planalto

"Seu voto faz o Congresso" foi promovida no ano passado pela equipe de Criação e Marketing do Senado para incentivar a participação consciente nas eleições



Entrega do Prêmio ADVB: iniciativa da Secretaria de Comunicação Social conquistou a homenagem na categoria Top Social

Campanha do Senado recebe prêmio nacional de criação

A CAMPANHA "SEU voto faz o Congresso", promovida durante as eleições do ano passado pela equipe de Criação e Marketing da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), recebeu ontem o prêmio Top Social da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). A premiação é entregue desde 1999 a organizações com iniciativas voltadas ao desenvolvimento social. O júri, composto por membros e convidados da diretoria e conselho da ADVB, já premiou o Instituto Ayrton Sen-

na, o Banco do Brasil, a Petrobras e o Ministério da Educação.

– É gratificante registrar a presença do Senado, premiado por uma ação que responde aos mais legítimos anseios da sociedade: o voto consciente – disse o presidente da ADVB, Miguel Ignatios.

Participaram da cerimônia de entrega, em São Paulo, cerca de 300 pessoas, entre elas o servidor da Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), Paulo Meira.

Composta por vídeo, spot para rádio, peças gráficas e *hotsite*, a campanha teve o objetivo de

promover o voto consciente nas eleições para o Poder Legislativo. A ação teve também uma forte presença nas redes sociais. Desenvolvida por servidores, utilizou recursos disponíveis no próprio Senado. A veiculação foi feita pela TV, Jornal e Rádio Senado, e também por outros veículos públicos e privados, mediante adesão.

Na edição 2011 do prêmio Top Social, também foram contempladas iniciativas do Instituto Nextel, Roche, Bradesco, Sanofi, Emae e Transpetro.

Comemoração dos 5 anos da Lei Maria da Penha

Os cinco anos de vigência da Lei Maria da Penha, que tornou mais rigorosa a punição para agressões contra mulheres, serão comemorados amanhã no Plenário. O evento, solicitado pela senadora licenciada e hoje ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, será realizado no horário do expediente, a partir das 14h.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), sancionada em 7 de agosto de 2006, entrou em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano. O primeiro caso de prisão com base nas novas normas – a de um homem que tentou estrangular sua mulher – ocorreu no Rio de Janeiro.

A denominação da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer atentado com arma de fogo, em 1983. O marido ainda tentou matá-la por afogamento e eletrocução e só foi punido depois de 19 anos de julgamento, ficando apenas dois anos em regime fechado.

Flagrante

A lei alterou o Código Penal, possibilitando que agressores de mulheres no âmbito



Nome da lei homenageia Maria da Penha Maia, que sofreu agressão do marido durante seis anos e ficou paraplégica depois de atentado por arma de fogo

doméstico e familiar sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Com essa medida, os agressores deixaram de ser punidos com penas alternativas, como pagamento de cestas básicas, o que era comum.

A nova legislação aumentou o tempo máximo de detenção de um para três anos, estabelecendo ainda medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua proximidade à mulher agredida e aos filhos.

O Brasil foi o 18º país da América Latina a adotar uma legislação para punir agressores

de mulheres. A Lei Maria da Penha cumpre determinações estabelecidas por uma convenção específica da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulada "Convenção para punir, prevenir e erradicar a violência contra a mulher", realizada em Belém (PA) e ratificada pelo Brasil.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres apresenta em seu *site* relação de serviços de atendimento específicos para a mulher, que incluem delegacias, apoio às vítimas de agressão, casas de abrigo e atendimento jurídico.

Plenário homenageia hoje o educador Câmara Cascudo

O Senado lembra em Plenário, hoje, às 14h, a passagem do 25º aniversário da morte do educador Luís da Câmara Cascudo. O requerimento para a homenagem é do senador Paulo Davim (PV-RN).

Historiador, antropólogo, advogado e jornalista, Câmara Cascudo nasceu no dia 30 de dezembro de 1898 em Natal e morreu no dia 30 de julho de 1986, também na capital potiguar. Dedicou-se ao estudo da cultura brasileira e foi professor universitário, deixando uma extensa obra, composta de mais de 150 volumes, entre os quais o clássico *Dicionário do folclore brasileiro* (1952).

Para o senador Paulo Davim, Cascudo "é um dos mais importantes pesquisadores das raízes étnicas do Brasil, sendo considerado o papa do folclore brasileiro". Chegou a ser chamado de "o homem que sabe de tudo".

Entre seus livros, destacam-se ainda *Alma patrícia* (1921), *Contos tradicionais do Brasil* (1946) e *Geografia do Brasil holandeses* (1956), que trata do

período das invasões holandesas. A obra intitulada *O tempo e eu* (1971) – editada após sua morte – diz respeito às suas memórias.

Na política, Cascudo foi monarquista nas primeiras décadas do século 20 e, na década de 1930, combateu o comunismo e as ideias marxistas, aderindo posteriormente ao Integralismo brasileiro – movimento político ultraconservador encabeçado por Plínio Salgado, que fundou a chamada Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de extrema direita inspirado nos princípios do movimento fascista italiano.

O intelectual destacou-se como chefe regional da AIB, mas se desencantou com o movimento integralista, demonstrando, posteriormente, durante a 2ª Guerra Mundial, antipatia ao fascismo e ao nazismo.

Manteve-se, no entanto, anticomunista, e não fez qualquer oposição ao golpe militar de 64. Apesar desse posicionamento, protegeu e ajudou diversos conterrâneos perseguidos pelos militares.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a Câmara Cascudo

14h Na hora do expediente, os senadores homenageiam o educador potiguar Luís da Câmara Cascudo, lembrando os 25 anos de sua morte. Na pauta, duas medidas provisórias impedem as deliberações do Plenário.

Presidência Encontro com presidente do Inbra

11h O senador José Sarney recebe o presidente do Inbra, Celso Lisboa de Lacerda; e, às 12h, o alto comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CCT Mensagens contra exploração sexual

8h30 A pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática tem como um de seus itens projeto que obriga as emissoras de rádio e TV a veicularem mensagens contra exploração sexual de crianças e adolescentes e uso seguro da internet. A CCT vota ainda 22 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CAS Cirurgias contra a obesidade

9h Entre as propostas da Comissão de Assuntos Sociais, encontra-se a que regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade. Também na pauta, projeto que cria a Agência Nacional de Habitação.

CCJ Emendas à PEC das MPs

9h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota emendas oferecidas à proposta que altera a tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional. Logo em seguida, às 10h30, examina a recondução de Roberto Monteiro Gurgel ao cargo de procurador-geral da República.

CDH Audiência pública sobre refugiados

13h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouve, em audiência pública, o alto comissário das Nações Unidas (ONU) para refugiados, António Guterres.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Nova tabela do Imposto de Renda na pauta do Plenário

A medida provisória (MP 528/11) que reajusta a tabela do Imposto de Renda deverá ser votada hoje pelo Plenário, juntamente com indicações de autoridades. O anúncio foi feito ontem pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

A MP chegou ao Senado como projeto de lei de conversão (PLV 18/11) por ter sido modificada na Câmara dos Deputados, e os senadores têm de votá-la até 7 de agosto para que não perca a validade.

O texto reajustou em 4,5% ao ano os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) até 2014. A faixa de rendimentos isenta passa, em 2011, de R\$ 1.499,15 mensais para R\$ 1.566,61. O índice de correção de 4,5% corresponde à meta de inflação fixada pelo governo. Entre as emendas da

Câmara, está a permissão para dedução da base de cálculo do IRPF das despesas relativas a planos de saúde pagos a empregados domésticos, limitada a um por declaração e a R\$ 500 anuais.

Além da correção das tabelas do IR, a MP reajusta os limites para despesas dedutíveis com dependentes, educação, aposentadoria e o desconto simplificado das declarações de ajuste anual. Os novos valores mensais começaram a valer em 1º de abril. Os valores anuais valem para as declarações que serão entregues em 2012.

A Câmara aprovou ainda emenda que prorroga até 31 de dezembro de 2012 o prazo de concessão de gratificações para servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.



Jucá informa que acordo entre líderes partidários definiu pauta de votações

Roberto Gurgel deve ser sabatinado hoje pela CCJ

Deve ser sabatinado hoje, às 10h30, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o indicado da presidente Dilma Rousseff ao cargo de procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Ele ocupou o posto maior do Ministério Público nos últimos dois anos, mas seu mandato foi encerrado no dia 22 de julho, sem que

a sabatina no Senado tivesse acontecido.

Nos últimos dias antes do recesso, a base do governo fez tentativas para que a sabatina e a votação da recondução de Gurgel ocorressem antes de o seu mandato expirar, mas na própria CCJ a oposição exigiu que os prazos regimentais fossem obedecidos.

Rádios e TVs poderão divulgar campanha de proteção à criança

Está pronto para ser votado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o projeto que obriga as emissoras de radiodifusão a veicularem mensagens contra a exploração sexual de crianças e de adolescentes. As mensagens também devem conter a defesa do uso seguro da internet.

De autoria da CPI da Pedofilia, que funcionou entre 2008 e 2010, a proposta (PLS 332/10) prevê que as emissoras reservem cinco minutos de sua programação diária para as inserções das mensagens, a serem distribuídas uniformemente ao longo da programação.

O projeto estabelece, ainda, que o material a ser divulgado seja fornecido gratuitamente pelo órgão competente do Poder Executivo, nos termos da regulamentação.

Para a relatora na CCT, Ângela Portela (PT-RR), "não há como deixar de reconhecer a

força" dos meios eletrônicos de comunicação. "Pesquisas revelam que as crianças passam, em média, mais de três horas diárias em frente à tela da televisão, que transformou-se no seu principal fator de socialização", afirmou.

Por isso, a senadora é favorável à medida, mas defende que é preciso compensar as empresas privadas pela perda de receita derivada da redução de tempo que poderia ser utilizado para publicidade comercial.

Assim, a relatora apresentou emenda determinando a instituição de mecanismo de compensação fiscal para reparar as perdas de receita.

Se aprovada na CCT, a proposta, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), seguirá para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, depois, para o Plenário.

Proposta pode ser examinada nesta semana pela CCJ, acredita o presidente do Senado. "Não vou ler nenhuma MP que chegue ao Senado com menos de dez dias para análise"

Sarney diz que Senado vota logo novo rito para MPs

A PROPOSTA DE emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o rito das medidas provisórias (MPs) poderá ser votada ainda nesta semana no Senado, caso seja aprovada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e encaminhada ao Plenário. Foi o que garantiu o presidente da Casa, José Sarney, em entrevista coletiva sobre a agenda do Senado para o segundo semestre. Caso contrário, Sarney foi enfático:

– Se a PEC não for votada logo, reafirmo meu entendimento de não ler nenhuma MP que chegue ao Senado com menos de dez dias [de prazo] para análise.

A leitura da MP em Plenário é condição regimental para votação. Sarney manifestou, no entanto, sua confiança no avanço da PEC, inclusive entre os deputados.

– Estive com o presidente da Câmara [deputado Marco Maia] que concorda com os termos em que a PEC está redigida.

De acordo com a proposta, os 120 dias de prazo para



José Sarney concede coletiva sobre agenda do Senado para o semestre

tramitação das MPs seriam divididos em 60 dias para a Câmara e 40 dias para o Senado, somados a 10 dias para análise da admissibilidade e outros 10 dias para revisão na Câmara.

Para Sarney, deve prevalecer o entendimento de que as comissões de Constituição e Justiça das duas Casas analisem a admissibilidade das MPs. Ainda pela proposta, as MPs devem tratar de apenas um tema.

Segundo Sarney, o Senado ainda deve votar temas importantes como o novo Código

Florestal (PLC 30/11) e o projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que regulamenta o direito de acesso a informações oficiais de Estado. A reforma política também está na pauta. De acordo com Sarney, já estão acordados temas como a alteração das datas de posse dos eleitos e as novas regras para os suplentes de senadores. O presidente também afirmou que sua expectativa é de que os parlamentares cheguem a um acordo para a divisão dos royalties do petróleo da camada pré-sal até o próximo dia 15.

Ana Amélia pede votação da PEC sobre tramitação de medidas

A senadora Ana Amélia (PP-RS) trouxe ao Plenário editorial do jornal *Folha de S.Paulo* que reforça a importância da votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que modifica o regime de tramitação das medidas provisórias (MPs). De acordo com ela, o editorial "faz críticas muito bem fundamentadas à preponderância do Poder Executivo sobre os trabalhos do Congresso Nacional" e aponta a PEC como "fator decisivo" para que o Poder Legislativo assumira sua condição de contrapeso ao governo.

A PEC, lembrou a senadora, foi "proposta com um senso de oportunidade, necessidade e urgência" pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e tem como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Ela afirmou que o Senado analisou, no primeiro semestre de 2011, o dobro



Senadora lembra que Senado votou o dobro de MPs neste ano

de MPs apreciadas no mesmo período do ano passado. Resalvou que a maior parte delas ainda é remanescente do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O tema trazido por Ana Amélia foi elogiado, em apartes, pelos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Aécio pode abrir mão de comissão de admissibilidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje as emendas apresentadas em Plenário à proposta que altera o rito de tramitação das medidas provisórias.

O relator da PEC 11/11, Aécio Neves (PSDB-MG), adiantou que deve abrir mão de sua proposta de criação de uma comissão mista para julgar a admissibilidade das MPs, atribuindo essa responsabilidade às CCJs da Câmara e do Senado.

De acordo com a PEC 11/11, de José Sarney, os 120 dias de prazo para tramitação das MPs no Congresso seriam divididos em 60 dias para a Câmara, 40 para o Senado, dez para análise da admissibilidade e outros dez para revisão na Câmara. Outro ponto importante é a proibição de que as MPs tragam em seu texto itens referentes a assuntos distintos. Se aprovada no Senado, a PEC segue para a Câmara.

Ângela elogia casas adaptadas a pessoas com deficiência

Ângela Portela (PT-RR) comemorou ontem a construção de moradias adaptadas para pessoas com deficiência na segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida. Nessa etapa, o governo federal planeja entregar cerca de 2 milhões de novas casas até 2014. Segundo ela, a inovação já é realidade em Boa Vista, onde foram entregues mil unidades. As moradias foram construídas

pela prefeitura com verbas federais e algumas delas dispõem de equipamentos de acessibilidade.

– Embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tramita neste Parlamento, já destine 3% das unidades nos programas habitacionais de interesse social para esse público, a matéria ainda não foi aprovada e, portanto, não faz parte das políticas públicas do



Ângela Portela comemora a acessibilidade de moradias governo federal, dos estados e municípios – lamentou.

A senadora também comentou o balanço do PAC 2, que alcançou a execução de R\$ 86,4 bilhões em investimentos no primeiro semestre.



Na solenidade, Guido Mantega, Marco Maia, Michel Temer, Dilma Rousseff, José Sarney, Gleisi Hoffmann e Fernando Pimentel

Lançado pacote para aumentar a competitividade da indústria

Estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria no mercado interno estão entre os principais pontos da política anunciada ontem no Planalto

A SOLENIDADE DE lançamento do Plano Brasil Maior de Política Industrial, que estabelece as diretrizes da política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país para o período de 2011 a 2014, ocorreu ontem, no Palácio do Planalto, e contou com a presença do presidente do Senado, José Sarney, e senadores da base.

O objetivo do plano, conforme assinalou a presidente Dilma Rousseff, é aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica. Para isso, o decreto institui o plano Brasil Maior e cria seu sistema de gestão conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno.

Competitividade

Entre as medidas anunciadas para estimular a competitividade da indústria brasileira, há corte de tributos, como a manutenção do IPI reduzido sobre material de construção, bens de capital (máquinas e equipamentos para a produção), além de caminhões e veículos comerciais leves.

O pacote também reduz a zero a alíquota de 20% da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de setores sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional e intensivos em mão de obra, como confecções, calçados, móveis e *softwares*.

O plano também estabelece medidas para redução do custo das exportações, como a institui-

ção do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), e a criação de linhas de financiamento específicas para o incentivo às exportações, inclusive para micro, pequenas e médias empresas, além de definir ações para a simplificação do processo exportador com vistas à redução de custos para

os produtos exportados.

Para permitir a execução de algumas ações, Dilma assinou, durante a cerimônia, duas medidas provisórias, que serão encaminhadas ao Congresso. Segundo ela, o plano Brasil Maior é uma resposta "à concorrência predatória" imposta pelos países desenvolvidos frente à crise econômica internacional.

Brasil Maior

Veja abaixo as principais medidas do programa Brasil Maior, de acordo com informações divulgadas pela Presidência da República:

- DEVOLUÇÃO EM DINHEIRO**
O Reintegra devolverá ao exportador de bens industrializados 0,5% da receita da exportação. Percentual poderá subir até 4%.
- COMPRAS GOVERNAMENTAIS**
Executivo fixará margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos e serviços que atendam às normas técnicas brasileiras.
- DEFESA COMERCIAL**
Número de investigadores do Ministério do Desenvolvimento salta de 30 para 120. O prazo de investigação para aplicação de medidas *antidumping* cai de 15 para 10 meses e, para aplicação de direito provisório, de 240 para 120 dias.
- MODERNIZAÇÃO DO INMETRO**
O Inmetro atuará em portos e aeroportos para atestar a qualidade das mercadorias importadas.
- PIS-COFINS E DESONERAÇÕES**
Devolução imediata de créditos de PIS-Cofins sobre bens de capital; processamento automático dos pedidos de ressarcimento; atendimento mais célere dos pedidos de ressarcimento dos 116 maiores exportadores, que somam R\$ 13 bilhões; extensão, por 12 meses, da redução de IPI sobre bens de capital, material de construção, caminhões e veículos comerciais leves.
- INOVAÇÃO E FINANCIAMENTO**
A Finep terá R\$ 2 bilhões para ampliar carteira de inovação. O PSI (Programa de Sustentação de Investimentos), com orçamento de R\$ 75 bilhões, será estendido até dezembro de 2012. O BNDES Revitaliza terá R\$ 6,7 bilhões e incluirá setor de autopeças. As taxas de juros para micro e pequenas empresas serão de 6,5% ao ano e, para grandes empresas, de 8,7% ao ano.

Para Armando, medidas atendem setor industrial

Presente ao lançamento do plano, o senador Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente do Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse acreditar que as medidas "respondem de maneira adequada a esse sentido de urgência que o Brasil precisa imprimir a medidas que fortaleçam o setor produtivo diante das ameaças que estão aí colocadas".

– O Congresso vai receber da melhor forma porque já

vem debatendo essa agenda da competitividade. Ainda há poucos dias a CAE fez um debate com a indústria sobre essas questões – afirmou o parlamentar.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) também elogiou a iniciativa, mas teme que a desoneração da folha com base na contribuição previdenciária afete direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e colocou em questão, por exemplo, a

capacidade de o Tesouro Nacional bancar o compromisso de assumir a parte que será desonerada. Saudou ainda as medidas anunciadas pelo governo para o desenvolvimento da pesquisa, tecnologia e inovação no país, como o aumento do investimento na Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), mas defendeu a redução da carga tributária para outros setores nas áreas de biotecnologia e inovação.

Humberto Costa vê novo passo rumo ao fim da pobreza

Humberto Costa (PT-PE) saudou o lançamento do plano Brasil Maior e disse que o conjunto é, muito mais que um pacote de medidas para aumentar a competitividade da indústria, um passo fundamental na consolidação de um Brasil rico e sem pobreza, "sinônimo de industrialização com inovação e inclusão social".

O senador afirmou que a ousadia da presidente Dilma no lançamento do plano se manifesta em um momento sombrio no cenário econômico internacional e assinalou que o objetivo do plano é estimular a inventividade, a produtividade e a inovação; defender a indústria nacional da concorrência predatória internacional; proteger o mercado brasileiro da avalanche de importados; e intensificar a exportação de produtos.



Humberto diz que Dilma foi ousada ao lançar plano no atual cenário mundial

O desafio, disse Humberto, é criar condições para que o Brasil dê o salto tecnológico que precisa para poder competir na econômica global, permitir o desenvolvimento da indústria, agregar maior valor aos produtos brasileiros, diversificar a pauta de importações e formar mão de obra qualificada.

Humberto destacou que o plano prevê uma política de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras do governo e o fortalecimento de áreas importantes da economia.

Marta elogia políticas econômica e fiscal do governo

A economia brasileira registrou um excelente desempenho neste primeiro semestre, na avaliação da senadora Marta Suplicy (PT-SP). Ela apontou especialmente a qualidade das políticas econômica e fiscal.

O plano de ajuste de R\$ 50 bilhões iniciado pela presidente Dilma Rousseff vem ajudando o país a racionalizar as despesas públicas e a alcançar a meta de superávit primário da União.

– Essa maior economia alcançada não comprometeu o gasto público mais essencial e prioritário, conforme havia assegurado a nossa presidenta. O investimento da União, por exemplo, alcançou, no primeiro semestre, R\$ 20,9 bilhões, sendo desse total R\$ 12,2 bilhões relativos a obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC – disse a senadora.

Marta Suplicy assinalou que



Senadora avalia que ajuste promovido pelo governo racionalizou despesas

até o final deste ano, os investimentos do PAC, desde 2007, somarão R\$ 160 bilhões.

O lançamento do plano Brasil Maior também foi elogiado pela senadora.

– Serão mais de R\$ 39 bilhões de novas desonerações ao longo de dois anos. Setores que utilizam muita mão de obra, como confecções, calçados e móveis serão beneficiados, o que impactará positivamente sobre a geração de emprego e, portanto, de renda. Os setores automotivo e de *software* também serão objeto da desoneração – destacou.

Para Pimentel, plano é vital para enfrentar a crise

Para José Pimentel (PT-CE), o plano Brasil Maior é "resultado de um grande entendimento nacional", que alcançou trabalhadores, governos federal e estaduais e empresários. Segundo o senador, o plano visa fortalecer a indústria "para que ela possa enfrentar a grave crise internacional e possa ter competitividade e reduzir custos", gerando novos empregos e garantindo os já existentes.

Ele assinalou os três grandes eixos do plano, que são o estímulo à produção, ao investimento e à inovação; a defesa da indústria e do mercado interno; e o estímulo às exportações e à defesa comercial.

José Pimentel destacou diversos tópicos do plano, entre eles a redução da carga tributária para a indústria, com a desoneração do IPI sobre bens de capital, material de construção, caminhões



José Pimentel: maior competitividade com redução de custos para empresas

e veículos comerciais leves. Ele explicou que o primeiro grande objetivo dessa desoneração é permitir que a construção civil continue gerando empregos e fortalecendo a economia.

O parlamentar salientou também as linhas de financiamento para reduzir custos e facilitar o capital de giro e o capital de investimento para os setores têxtil, calçadista, de artefatos de couro, de *softwares* e de prestação de serviços em tecnologia da informação. Essas linhas de investimentos somam R\$10 bilhões para 2011, com taxas de juros entre 10% e 13% ao ano.

Alerta foi feito em debate sobre a integração continental. Grandes países capitalistas estariam desovando produtos nas nações em desenvolvimento

Centrais sindicais apostam em integração sul-americana

A integração da América do Sul é importante para incrementar a economia dos países do continente e, assim, preservar empregos e renda. O tema foi ressaltado em audiência na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que tratou da "Defesa do emprego no contexto da crise mundial". O plano de estímulo à indústria – denominado "Brasil Maior" –, lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff, também foi debatido.

O Brasil Maior recebeu objeções do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Em sua avaliação, a política de juros, de câmbio flutuante e de superávit primário adotada vai sobrecarregar os empregadores e trabalhadores brasileiros.

– A política macroeconômica contenta apenas aos banqueiros e não à população – disse.

Para evitar a "desindustrialização" – pela qual os países do hemisfério Sul passam apenas à condição de exportadores de *commodities* –, Ubiraci Dantas de Oliveira, que representou a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, afirmou que Dilma deveria ter adotado, desde janeiro, plano similar ao lançado por Luiz Inácio Lula da Silva. Ele lembrou que, para enfrentar a crise financeira mundial em 2008, Lula aumentou o salário mínimo e incentivou o consumo para preservar o Brasil, o emprego e o desenvolvimento nacional.

A integração entre os

países sul-americanos, ressaltou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), pode contribuir para manter os parques industriais diante da crise que atinge os Estados Unidos e a Europa. Para ele, por meio da organização dos trabalhadores, poderá ser construída uma "democracia popular" no continente.

Também João Batista da Rocha Lemos, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e vice-presidente da Federação Sindical Mundial, defendeu a integração continental. Ele afirmou que o Brasil Maior não vai beneficiar o país se as regras do jogo não forem mudadas. Em sua avaliação, a retomada do desenvolvimento industrial depende de reforma tributária sem retirada dos direitos dos trabalhadores.

O secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul, Claudir Antônio Nespolo, defendeu uma agenda centrada na busca do trabalho decente e digno.

– O centro da nossa política em nível do Mercosul, da CUT, e tenho certeza das outras centrais, é disputar o tema do trabalho decente, o trabalho digno, o trabalho com direitos, com carteira assinada, com direito à aposentadoria, à previdência e à saúde – declarou.

A audiência foi conduzida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão.

Inácio Arruda crê que plano Brasil Maior vai sobrecarregar empresários e trabalhadores

Jose Cruz/Senado Federal



Paulo Paim, presidente da subcomissão, entre participantes do debate sobre a questão do emprego diante da crise mundial

Sucateamento da indústria é real, alerta economista

O BRASIL ESTÁ correndo o risco de se tornar mero exportador de *commodities* e de, nessa condição, deixar de gerar empregos de qualidade e de obter novos avanços sociais. O alerta foi feito pelo economista José Carlos de Assis em audiência ontem na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Para o economista, o perigo de sucateamento do parque industrial é real porque as grandes nações capitalistas estão estagnadas e precisam desovar excedentes produtivos nos países subdesenvolvidos e, em especial, nos emergentes.

– O que temos são as três forças tradicionais que puxavam o capitalismo para frente, tanto com exportações quanto com importações, voltando agora somente para exportar – observou, ao analisar as economias dos Estados Unidos, Europa e Japão.

José Carlos de Assis, que preside o Instituto de Estudos Es-

tratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul), foi um dos expositores do debate sobre a questão do emprego no contexto da crise mundial. A discussão é parte de ciclo de debates sobre a integração da América do Sul, proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a subcomissão, integrada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Mercados consumidores da América do Sul estão sendo "afogados" por importados

Na avaliação do economista, o quadro se complica porque a China e países asiáticos exportadores continuam pressionando o mercado internacional com seus produtos. Por isso, ele considera que as perspectivas são "apavorantes" para os países da América do Sul, que podem ser excluídos do mercado internacional e, sem condições de resguardar o próprio mercado doméstico, "afogados" por importados.

De acordo com o economista, o contexto estimula uma mudança na divisão internacional

do trabalho, em que os países em desenvolvimento podem almejar no máximo a exportar *commodities*. Ainda assim, assinalou, o esforço exportador baseado na venda de *commodities* minerais e agrícolas para o mercado chinês pode igualmente fracassar. Isso porque a China enfrenta inflação e vem nos últimos meses desacelerando sua economia.

– É uma perspectiva muito complicada e precisamos compreender isso para tentar uma saída estratégica – comentou Assis.

Para o economista, os sul-americanos não podem reagir contra o *dumping* de importações (importados abaixo de custo) com barreiras comerciais de forma isolada, pois seriam condenados pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A solução possível e de médio prazo seria a formação de um bloco comum de desenvolvimento (não apenas comercial) no continente, com incentivos de cada governo a investimentos que favoreçam a integração de, no mínimo, dois países.

Lin de Paula/Senado Federal



Para Lindbergh, integração protege parques industriais diante da crise

Aviso prévio proporcional terá audiência pública

A regulamentação do aviso prévio proporcional será debatida em audiência pública pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Requerimento nesse sentido, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem pelo colegiado.

Paim lembrou que tramitam no Congresso Nacional vários projetos para regulamentar o pagamento do aviso prévio, benefício pecuniário pago pelas empresas aos trabalhadores em caso de demissão imotivada. Disse que ele próprio

assinou proposta com essa finalidade. O senador observou que, na audiência de regras, o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá se antecipar e decidir sobre a matéria.

Defensoria

Na mesma reunião, a subcomissão também aprovou a realização de outros dois debates, um deles para tratar da autonomia da Defensoria Pública da União (DPU). A Emenda Constitucional 45/04, conhecida como Reforma do Poder Judiciário, conferiu autonomia

funcional e administrativa à Defensoria Pública dos estados, sem atribuir mesmo tratamento à DPU, gerando desigualdade entre entidades equivalentes.

Na outra audiência pública, será ouvido o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, atualmente no cargo de alto representante-geral no Mercosul. Será mais um encontro do ciclo de debates sobre a integração da América do Sul e, assim como os outros dois, deverá ter sua data de realização posteriormente anunciada.

Primeiros depoimentos reforçam a convicção do relator da CPI de que o órgão encarregado de arrecadar direitos autorais de músicos não atua com transparência

Lindbergh vê "caixa-preta" na administração do Ecad

A SUSPEITA DE uma "caixa-preta" na gestão de recursos no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) foi reforçada, na opinião do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), pelos depoimentos prestados ontem à CPI criada para investigar denúncias na instituição. Lindbergh é o relator da CPI.

Segundo Samuel Fahel, ex-gerente jurídico do Ecad, diretores e colaboradores da entidade recebem bônus a cada vitória obtida na Justiça, enquanto os autores ficam sem seus recursos. O depoente mencionou, por exemplo, a vitória do Ecad sobre a TV Bandeirantes, que rendeu o pagamento de R\$ 76 milhões em direitos autorais. Desse valor, 10% deveriam ser destinados aos honorários advocatícios, mas metade foi retida e dividida entre a diretoria do Ecad, o que é questionado juridicamente.

– Algo perto de metade do que é arrecadado fica na estrutura burocrática de funcionários,

diretores, membros de associação, e isso é um absurdo. Por isso, há essa grita desses autores do outro lado reclamando que não recebem sua parte – disse Lindbergh Farias.

Na audiência, destacou o senador, descobriu-se que a entidade cobra uma taxa de administração de 17%. Lindbergh também estranhou a bonificação por participação nos resultados concedida à "estrutura burocrática gigantesca" do Ecad, empresa sem fins lucrativos.

Transparência

Lindbergh defendeu transparência total e até mesmo a regulação por parte do Estado ou de um órgão externo para jogar luz sobre o funcionamento do Ecad. Para ele, o momento para tal atitude é agora, com o envio de uma nova lei do direito autoral pelo Executivo ao Congresso, que será discutida à luz dos resultados da investigação da CPI, que deve encerrar seus

trabalhos em novembro, e da decisão da Secretaria de Direito Econômico (SDE), que está considerando a atuação do Ecad como cartel.

A ideia de Lindbergh é discutir, a partir de casos concretos envolvendo o Ecad, o funcionamento e a estrutura do órgão e as irregularidades cometidas, como a que envolveu a União Brasileira de Compositores (UBC), entidade ligada ao órgão. Um motorista à época associado à UBC, Milton Coitinho, é suspeito de fraudar fichas de trilhas sonoras de filmes para receber até R\$ 120 mil.

Segundo a diretora executiva da entidade, Marisa Gandelman, a polícia já concluiu o inquérito no Rio de Janeiro e apontou o envolvimento de funcionários da própria UBC.

Na opinião de Marisa, não é simples montar a fraude, que, na prática, roubava minutos das faixas dos verdadeiros autores das trilhas.

João Durval retira assinatura e evita criação de CPI

A retirada de uma assinatura impediu ontem a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de pagamento de propina em obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), vinculado ao Ministério dos Transportes.

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), informou ter coletado 27 assinaturas (um terço do Senado), mínimo previsto no Regimento Interno como necessário para requerer a criação de uma CPI. No entanto, por volta das 22h, depois que o requerimento já havia sido entregue à Mesa do Senado, o senador João Durval (PDT-BA) retirou sua assinatura, segundo confirmou a Secretaria-Geral da Mesa.

Denúncias publicadas pela revista *Veja* resultaram na queda, em julho, do ministro Alfredo



Alvaro chegou a coletar 27 assinaturas, mas retirada impediu CPI do Dnit

Nascimento e de outros 26 subordinados à pasta. Ao voltar a exercer seu mandato de senador pelo PR do Amazonas, Nascimento negou as acusações (veja página 7).

Em seu lugar no ministério, assumiu o então secretário executivo, Paulo Sérgio Passos.

Haviam assinado o requerimento, que chegou a ser entregue à Mesa por Alvaro Dias, os dez senadores do PSDB, os cinco do DEM, quatro do PMDB, três do PDT – incluindo João Durval –, os dois do PSOL, dois do PP e um do PMN.

CRA decidirá sobre convite a Wagner Rossi, diz Jucá

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), confirmou que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) votará, na próxima semana, requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) para que o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, dê explicações sobre irregularidades apontadas em sua pasta. Veiculadas pela revista *Veja*, as denúncias foram feitas pelo próprio irmão do senador, Oscar Jucá Neto. Para Jucá, o episódio não invalida as indicações partidárias feitas para cargos públicos.

– A indicação é técnica, ele é um técnico. Não é porque houve um destempero e saiu de uma forma que não deveria ter feito, que isso vai invalidar as indicações técnicas – disse Jucá, reafirmando discordar da postura do irmão.

– A questão não é ser da família. A questão é que ficou uma situação ruim. Eu não aprovo a atitude do meu irmão, já disse isso publicamente. Pedi desculpas à presidente, pedi desculpas ao ministro. Dou apoio ao ministro. Acho que ele está com a razão. E cabe ao ministro prestar os esclarecimentos necessários.

Jucá disse ainda que os ministros dos Transportes e do Desenvolvimento Agrário também serão convidados a falar aos senadores.

Para líder do PSDB, Senado não pode ser omissivo

Embora a oposição tenha a intenção de convocar ministros envolvidos em denúncias recentes de irregularidades no governo federal para esclarecimentos nas comissões, a prioridade continua sendo a CPI para investigar o Ministério dos Transportes, reiterou o líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR).

A oposição tenta convocar os ministros Mario Negromonte (Cidades), Paulo Sérgio Passos (Transportes), Edison Lobão (Minas e Energia), Afonso Florence (Desenvolvimento Agrário) e Wagner Rossi (Agricultura).

– Nós entendemos que uma CPI a respeito das denúncias que envolvem o Ministério dos Transportes seria fundamental para oferecer um diagnóstico do modelo vigente – disse Alvaro Dias, que classificou como "promíscuo" o modo como são distribuídos os cargos no governo.

O senador afirmou que o Senado não pode ser omissivo diante dos escândalos, sob pena de se tornar cúmplice. Para ele, não basta que os senadores afirmem na tribuna que "apoiam" a presidente Dilma Rousseff nas investigações.

– Para colaborar com a presidente é preciso ação, investigação e, no Parlamento, investigação se faz por meio de CPI – defendeu.

Randolfe Rodrigues (E), ao lado do advogado Samuel Fahel e da diretora executiva da União Brasileira de Compositores, Marisa Gandelman: apuração de denúncias contra os órgãos de arrecadação



Ano Volpato/Senado Federal

Bancada no Parlasul será empossada até o dia 17

A nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá ser instalada até o dia 17 de agosto. Durante a reunião, serão escolhidos o presidente e o vice-presidente do colegiado e feita a indicação do parlamentar brasileiro que exercerá o cargo de vice-presidente do Parlasul. A primeira sessão do ano do parlamento regional ocorrerá ainda neste mês, em Montevideu, Uruguai.

Atendendo a um critério de revezamento entre a Câmara e o Senado, o presidente da representação será provavelmente

um senador, uma vez que ela era presidida no ano passado por um deputado. E o parlamentar a ser indicado para compor a Mesa do Parlasul até o final de 2012 será provavelmente um deputado. Como a presidência do parlamento é rotativa, caberá ao brasileiro exercer o cargo no segundo semestre de 2012.

Até o final do ano passado, a Representação Brasileira era composta por 18 parlamentares – nove deputados e nove senadores – atendendo a um acordo político firmado com os três outros membros do bloco – Argentina,

Paraguai e Uruguai –, a representação será composta, a partir deste ano, por 37 parlamentares: 10 senadores e 27 deputados. Todos já foram indicados por suas respectivas lideranças, com exceção de uma vaga ainda a ser ocupada por um senador do bloco da minoria (PSDB-DEM).

A instalação da nova representação é o primeiro passo para o reinício dos trabalhos do Parlasul. Isso porque as sessões do parlamento regional só podem ser realizadas com a presença de parlamentares dos quatro países do bloco.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • José Sarney • Wilson Santiago • Paulo Paim • Walter Pinheiro

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Oposição cobra reação do PR ao tratamento dado por Dilma

Senadores de oposição questionaram a aliança entre o PR, do qual Alfredo Nascimento é presidente nacional, e o governo federal e cobraram uma reação por parte do PR, insinuando que o partido foi deixado de lado pela presidente Dilma Rousseff.

O líder do DEM, senador Demóstenes Torres (GO), afirmou que o pedido de exoneração de Alfredo Nascimento não teria sido voluntário, mas, na verdade, uma demissão indireta feita pela presidente Dilma.

– Na realidade, vossa excelência, diante das circunstâncias, não poderia continuar lá, senão, desculpe-me, nem moral teria. Um homem que sofre todas as humilhações e perde toda a sua equipe não tinha outra atitude a tomar. Quem o fez entrar nessa situação de descrédito, de crime contra

a honra foi, naturalmente, o Palácio do Planalto e, vamos ser francos, mais precisamente a presidente Dilma Rousseff – destacou.

Demóstenes também perguntou se a elevação em R\$ 20 bilhões no orçamento do Ministério dos Transportes, durante as eleições de 2010, foi determinada pela Casa Civil. Nascimento negou qualquer relação entre o aumento do orçamento do ministério no período eleitoral e o superfaturamento de obras rodoviárias e de construção de ferrovias.

Depois de expressar respeito ao ex-ministro e ao PR, Pedro Taques (PDT-MT) cobrou esclarecimentos sobre as denúncias. O senador questionou o colega sobre o motivo de sua demissão e de todos os demais afastados do Dnit e do Ministério dos Transportes.

Casildo pede apuração de denúncias

As denúncias sobre irregularidades em ministérios e outros órgãos públicos devem ser apuradas, disse ontem Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao se defender de acusação, veiculada pelo jornal *O Globo*, segundo a qual ele e outros parlamentares de Santa Catarina teriam assinado atestado falso de funcionamento de um instituto que recebeu dinheiro do Ministério do Turismo.

– Se esse documento porventura foi usado para finalidades distintas das quais houve a intenção, a recomendação é que sejam devidamente apuradas as denúncias – afirmou.

Casildo declarou apoio à presidente Dilma Rousseff em todas as iniciativas que visem apurar irregularidades.

– Conte conosco para garantir a transparência e o bom uso dos recursos públicos – disse.



Senador declara apoio a iniciativas da presidente Dilma Rousseff

Mário Couto afirma que quer ver Pagot preso

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu em discurso a prisão do ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot, que pediu demissão após denúncias acusando-o de participar de esquema de fraudes em licitações de obras rodoviárias.

– Não cansarei de falar: quero ver o Pagot na cadeia. Esses que lesaram e mataram muitos brasileiros nas estradas esburacadas deverão passar muito tempo na cadeia.

Mário Couto disse que, caso seja comprovada a culpa do ex-diretor e de outros envolvidos, as verbas desviadas devem ser devolvidas aos cofres públicos.

Ele lembrou que foi o único senador a votar contra a indicação de Pagot para o Dnit, devido ao fato de este ter sido acusado de receber R\$ 500 mil do Senado sem haver trabalhado na Casa.



Mário Couto diz que foi o único senador a votar contra indicação de Pagot

Sarney: "Parente é problema para o governo ou a família"

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a apuração das denúncias de irregularidades em órgãos do governo feitas pela imprensa nas últimas semanas. Essa "parece ser a orientação da presidente Dilma", disse.

Se as denúncias forem comprovadas, acrescentou o senador, os responsáveis têm que ser punidos. Sarney também condenou o nepotismo.

– Parente, normalmente, cria problema para o governo ou para a família – declarou o presidente do Senado.

Veiculadas pela revista *Veja*, supostas irregularidades no Ministério da Agricultura foram apontadas pelo irmão do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Oscar Jucá Neto foi afastado do governo na semana passada.

Senador diz que não existe superfaturamento nas obras do Ministério dos Transportes, de onde saiu no mês passado, e também responde a acusações contra o seu filho



Alfredo Nascimento discursou por 45 minutos e depois recebeu apartes e indagações por mais de duas horas

Nascimento se defende e diz que saiu "por falta de apoio"

EM UM DISCURSO de quase 45 minutos, Alfredo Nascimento (PR-AM) usou a tribuna ontem para se defender das acusações de irregularidades no Ministério dos Transportes, que assumiu ainda no governo do presidente Lula, e do qual pediu demissão no último dia 6 de julho.

O senador afirmou que as denúncias contra ele são infundadas e avisou que, tão logo pediu demissão, protocolou na Procuradoria-Geral da República um pedido de investigação de todas as acusações divulgadas desde o final de junho. Ele também autorizou a quebra de seus sigilos bancário e fiscal para "apuração da verdade".

Alfredo Nascimento afirmou ainda que renunciou ao cargo de ministro "no momento em que não recebeu do governo o apoio que havia sido prometido pela presidente Dilma".

O senador começou suas explicações defendendo o filho Gustavo Morais Pereira, acusa-

do de enriquecimento ilícito. A Forma Construções, empresa de Gustavo e de outros dois sócios, teria obtido em dois anos um crescimento de 86.500%.

Segundo Nascimento, é verdade que o ativo da empresa de seu filho era de quase R\$ 53 milhões, mas o passivo também tinha valor semelhante – pouco mais de R\$ 50 milhões. O senador disse que, em outubro de 2009, Gustavo vendeu sua parte. E o patrimônio líquido da Forma era inferior a R\$ 2 milhões, divididos entre os três sócios.

O ex-ministro falou também de um apartamento vendido pelo filho por R\$ 450 mil a um empresário de Manaus, negociado a "preço de mercado e em uma transação absolutamente transparente". O empresário, ressaltou Nascimento, mora no imóvel até hoje.

O senador afirmou ainda que as denúncias contra ele e sua família surgiram à época das eleições estaduais no Amazo-

nas e "foram rechaçadas" pela imprensa do estado por não se sustentarem.

Superfaturamento

Alfredo Nascimento assegurou que não houve superfaturamento nas obras do Ministério dos Transportes. Segundo ele, houve apenas "mudança de concepção dos projetos, com o acréscimo indiscriminado de serviços, não previstos nas ações originais".

O ex-ministro ressaltou que, ao reassumir a pasta no início de 2011, percebeu uma "disparada dos gastos previstos", e determinou um pente fino no ministério. Em março ele teria procurado a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para alertá-la sobre o descontrole nos gastos e sobre o risco de faltar recursos para realização do PAC 2. Dias depois, o senador teria relatado o problema à própria presidente Dilma Rousseff.

Aliados elogiam coragem e apoiam a atuação

Companheiros de partido e senadores da base do governo no Senado manifestaram apoio a Alfredo Nascimento em diversos apartes. Magno Malta (PR-ES) pediu serenidade nos questionamentos dos senadores oposicionistas, mas foi quem primeiro sugeriu ao senador a saída do PR do bloco de apoio ao governo.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), elogiou a coragem de Nascimento de pedir a investigação ao Ministério Público e disse que é importante esperar a apuração dos fatos para que se saiba o que houve e quem é efetivamente responsável.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), reconheceu em Nascimento um gestor público extremamente eficiente, que sempre atuou no sentido de atender demandas históricas e estruturais de Pernambuco quando esteve à frente do Ministério dos Transportes, a exemplo da duplicação da BR-101.

Benedito de Lira (PP-AL) lamentou que parte da imprensa tenha envolvido familiares de Nascimento nas denúncias e afirmou que a gestão de Nascimento nessa pasta proporcionou a recuperação de rodovias em todo o país.

Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou Alfredo Nascimento por "discutir de forma aberta" no Plenário as acusações contra sua pessoa sobre fraudes em licitações no Dnit.

Ex-ministro afirma que não tem medo de CPI

Logo após o pronunciamento, a oposição pediu que Alfredo Nascimento abrisse caminho para as investigações assinando o pedido de CPI para apurar as irregularidades na pasta dos Transportes. Às 18h, faltava a assinatura de mais um senador para que o pedido pudesse ser apresentado à Mesa, conforme anunciara o senador Aécio Neves (PSDB-MG) em aparte a Nascimento (*leia mais na página 6*).

Mais cedo, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), pediu ao ex-ministro que assinasse e orientasse a bancada de seu partido a assinar o pedido. Para ele, o reconhecimento por parte de Dilma Rousseff e de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) da existência de problemas nos Transportes, seria motivo suficiente para que o PR buscasse o esclarecimento das denúncias.

Em resposta, Nascimento disse não poder apoiar a CPI por pertencer ao governo e também por já haver pedido ao Ministério Público e à Polícia Federal investigações sobre si mesmo.

– Eu não tenho medo de CPI. Nós, políticos, vivemos de reputação, do que os outros pensam da gente. Eu sou um homem com vergonha na cara. Eu estou com vergonha. Tenho 30 anos de vida pública limpa, não sou ladrão, não sou lixo. Espero que a Justiça seja ágil para provar que sou inocente. Basta a imprensa dizer alguma coisa, que somos execrados, julgados e condenados.

Duas emendas de Flexa Ribeiro alteram projeto de Código Florestal para reduzir faixas de preservação às margens de rios e lagos. Acir Gurgacz quer diminuir reserva legal

Emendas reduzem áreas de preservação e de reserva legal

O PROJETO DE reforma do Código Florestal (PLC 30/11) está ainda em fase inicial de tramitação no Senado, mas o texto já recebeu três emendas: duas de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e uma de Acir Gurgacz (PDT-RO).

O representante do Pará quer reduzir para 15 metros a largura mínima para a área de preservação permanente (APP) ao longo de rios com mais de 5 metros de largura que cruzam as cidades. Ele também fixa em 15 metros a faixa mínima de vegetação para o entorno de lagos e lagoas naturais em zona urbana.

O projeto fixa, para áreas rurais e urbanas, 30 metros para APPs na margem de rios com até 10 metros de largura e segue ampliando as faixas para rios mais largos, chegando a 500 metros de área vegetada para rios acima de 600 metros de largura. Flexa Ribeiro argumenta que as APPs previstas no projeto são adequadas para áreas rurais, mas inviáveis para as cidades. Na Amazônia, a adoção das dimensões previstas no projeto afetaria seriamente a região.

– Não se pode esquecer que nossas estradas são nossos rios. E nossos rios em geral são largos. Exigir uma grande faixa de vegetação vai resultar em sérios problemas para as cidades, que têm áreas já consolidadas – disse.

O senador considera que não haverá riscos à população em se fixar em 15 metros as APPs urbanas, uma vez que as cidades poderão lançar mão de soluções de engenharia para evitar enchentes ou outros problemas causados pelo excesso de chuvas.

Reserva legal

Já Acir Gurgacz quer modificar artigo que dispõe sobre percentuais mínimos obrigató-



Acir Gurgacz propõe novas áreas de reserva para a Amazônia Legal

rios de reserva legal. Ele propõe, para estabelecimentos rurais localizados em área de floresta da Amazônia Legal, 80% de reserva para propriedades abertas a partir de 15 de dezembro de 2000; 50% para aquelas que foram abertas entre 14 de janeiro de 1966 a 14 de dezembro de 2000; e 25% quando abertas até 13 de janeiro de 1966.

Para terras localizadas em área de Cerrado na Amazônia Legal, ele propõe 35% de reserva legal, sendo, no mínimo, 20% na propriedade e 15% na forma de compensação por outra área, desde que localizada no mesmo bioma, quando sua posse tiver ocorrido pela primeira vez a partir de 15 de dezembro de 2000. Para posses ocorridas antes dessa data, Acir propõe 25% de área protegida.

Já para propriedades rurais localizadas nas demais regiões do país, seriam exigidos 20% de reserva legal, conforme propõe o senador. Gurgacz explica que sua emenda visa regularizar propriedades rurais que retiraram áreas florestadas conforme legislação vigente à época, afirmando ser “impres-



Flexa Ribeiro defende APPs menores: “Nossas estradas são nossos rios”

cindível comprovar a época em que ocorreram a primeira posse e a remoção da referida cobertura”.

Os marcos temporais previstos na emenda são determinados pela data de edição do Código Florestal (Lei 4.771/65, publicado em 16 de setembro de 1965 e que entrou em vigor 120 dias depois, em 14 de janeiro de 1966) e da Medida Provisória 1.956-57/00, que tratou dos limites para reserva legal.

O PLC 30/11 será inicialmente analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator deverá ser Luiz Henrique (PMDB-SC), conforme anúncio do presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE). O texto também será submetido às comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente (CMA).

No momento, o projeto aguarda deliberação do Plenário sobre requerimento do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que seja examinado também pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Vanessa saúda os 79 anos de fundação de Coari



Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou ontem os 79 anos de existência do município de Coari, a 360 quilômetros de Manaus.

– É um município importante para a economia do Brasil, onde está localizada a plataforma da Petrobras de Urucu, de onde se extrai petróleo e gás natural, petróleo da melhor qualidade, no meio da Floresta Amazônica – detalhou a senadora, ao salientar que a cidade reúne diversas etnias indígenas como os jurimauas, os passés, os irijus, os jumás, os purus, os solimões, os uaiupis, os uamanis e os uaupés, e nasceu como aldeia no século 18.

Ela mencionou que Coari ocupa a terceira posição em produção de gás natural, (119 mil barris/dia), depois do Rio de Janeiro (1 milhão barris/dia) e Espírito Santo (169 mil barris/dia).

O município cultiva, relatou a senadora, produtos como a mandioca e a banana. Segundo Vanessa, Coari enfrenta problemas relativos ao crescimento desordenado como falta de planejamento e de esgotamento sanitário por ter tido crescimento de 300% em 25 anos.

Moka festeja os 112 anos de Campo Grande



Waldemir Moka

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse ontem que as comemorações dos 112 anos da emancipação político-administrativa de Campo Grande, em 26 de agosto, já começaram.

– Estou me antecipando a essa data porque a programação de aniversário da nossa capital começou

com o lançamento, feito pelo prefeito Nelsinho Trad, de um pacote de obras que vai melhorar ainda mais a vida da população campo-grandense, marca de todas as gestões do nosso partido, o PMDB – disse.

O senador afirmou que Campo Grande é atualmente uma das capitais com melhor qualidade de vida. Na avaliação de Moka, a cidade começou a mudar quando o atual governador, André Puccinelli, ocupou a prefeitura por oito anos.

– André sucedeu na prefeitura o também companheiro peemedebista Juvêncio César da Fonseca, que preparou a capital para esse processo de desenvolvimento, exemplo para o país – afirmou.

Desoneração não deve incluir bancos, defende Paulo Paim

A desoneração de 20% sobre a folha de pagamento das empresas, anunciada pelo governo, foi defendida por Paulo Paim (PT-RS), que, no entanto, criticou a extensão da medida aos bancos.

O senador disse que a desoneração da folha das empresas comprovaria que a Previdência Social é superavitária. Dessa forma, afirmou, o governo deveria pensar agora no reajuste dos aposentados e no fim do fator previdenciário.

Paim também saudou acordo entre a Secretaria de Trabalho do Rio Grande do Sul e o Minis-

tério do Trabalho e Seguridade Social uruguaio para garantir direitos aos trabalhadores da faixa de fronteira. O acordo foi firmado em Santana do Livramento (RS) e tem a intenção de divulgar informações a todos os trabalhadores sobre os seus direitos, além das diretrizes já confirmadas em acordos internacionais e negociações bilaterais entre o Brasil e o Uruguai.

Nos próximos dias, disse, as seis cidades que ligam o Rio Grande do Sul ao Uruguai receberão a feira laboral, onde os trabalhadores receberão informações sobre a iniciativa.

Situação da saúde no Amapá preocupa Geovani Borges

A situação da saúde no Amapá é desanimadora, na opinião de Geovani Borges (PMDB-AP). O senador citou reportagens que afirmam haver mais de 500 ações que tramitam simultaneamente no Ministério



Geovani Borges

Público do estado sobre o mau atendimento.

– E elas, na verdade, expressam ou representam um número infinitamente maior de descontentes – estimou.

Geovani Borges citou decisão recente da Justiça estadual que determinou o agendamento de exames oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para pacientes citados e o

pagamento, pelo estado, dos exames que não são oferecidos pelo sistema.

Para o senador, apesar de haver queixas sobre a excessiva “judicialização da saúde”, os pacientes estão lutando por um direito fundamental.

– Quando o Judiciário precisa interferir e determinar ao estado que forneça um medicamento, um atendimento médico, é porque a coisa vai mal – lamentou.

Geovani Borges disse que, apesar do risco de o excesso de ações impedir o bom funcionamento da máquina estatal, o cidadão não tem outra opção, sob pena de perder a vida.

Flexa Ribeiro pede continuidade de obras no rio Tocantins

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu em discurso que a presidente Dilma Rousseff reveja a decisão de suspender as obras de derrocamento do rio Tocantins a jusante das eclusas da barragem de Tucuruí.

Segundo o parlamentar, o empreendimento, que figura entre as obras do Dnit que tiveram a execução suspensa a mando do Executivo, é fundamental para que a hidrovia Araguaia-Tocantins possa ser explorada ao longo do ano inteiro no trecho entre Marabá e Belém.

A continuidade da obra do derrocamento, disse Flexa Ribeiro, que já se encontrava licitada à espera da ordem de serviço para ser executada, é fundamental para o desenvolvimento do Pará, onde a companhia Vale planeja a instalação de uma siderúrgica em Marabá, cuja logística de transporte estaria fundada na hidrovia.

– Nesse caso, a Vale, que já não queria fazer [a obra], vai desistir de vez, não vai ter como escoar a produção – observou o senador.

Gilvam prorroga licença médica por mais 120 dias

Gilvam Borges (PMDB-AP), que se licenciou do mandato para tratamento de saúde, prorrogou sua licença por mais 120 dias, a serem contados a partir do dia 28 de julho. Seu irmão e primeiro-suplente, Geovani Borges (PMDB-AP), continua a ocupar a vaga. O requerimento foi aprovado ontem.

Também ontem, o

senador Casildo Maldaner apresentou requerimento pedindo licença para, no próximo dia 8 de agosto, viajar até Recife para participar, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, de diligências para promover alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil (SNDC). O requerimento foi aprovado pelos parlamentares.